



PAULO  
ROBERTO DE  
**FIGUEIREDO**  
**DANTAS**

**DIREITO**  
**PROCESSUAL**  
**CONSTITUCIONAL**

**DÉCIMA**  
**PRIMEIRA**  
**EDIÇÃO**

REVISTA E ATUALIZADA

2022 © Editora Foco  
**Autor:** Paulo Roberto de Figueiredo Dantas  
**Diretor Acadêmico:** Leonardo Pereira  
**Editor:** Roberta Densa  
**Assistente Editorial:** Paula Morishita  
**Revisora Sênior:** Georgia Renata Dias  
**Revisora:** Simone Dias  
**Capa Criação:** Leonardo Hermano  
**Diagramação:** Ladislau Lima  
**Impressão miolo e capa:** FORMA CERTA

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

---

D192d Dantas, Paulo Roberto de Figueiredo  
Direito Processual Constitucional / Paulo Roberto de Figueiredo Dantas. – 11.  
ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2022.  
344 p. ; 17cm x 24cm.  
Inclui bibliografia e índice.  
ISBN: 978-65-5515-399-6  
1. Direito Processual Constitucional. I. Título.  
2021-3992 CDD 342 CDU 342

---

**Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949**

**Índices para Catálogo Sistemático:**

1. Direito Processual Constitucional 342      2. Direito Processual Constitucional 342

**DIREITOS AUTORAIS:** É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

**NOTAS DA EDITORA:**

**Atualizações e erratas:** A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

**Erratas:** A Editora se compromete a disponibilizar no site [www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br), na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br). O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (11.2021) – Data de Fechamento (11.2021)

**2022**

Todos os direitos reservados à  
Editora Foco Jurídico Ltda.  
Avenida Itororó, 348 – Sala 05 – Cidade Nova  
CEP 13334-050 – Indaiatuba – SP  
E-mail: [contato@editorafoco.com.br](mailto:contato@editorafoco.com.br)  
[www.editorafoco.com.br](http://www.editorafoco.com.br)

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	V
1. DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL .....	1
1.1 Esclarecimentos iniciais .....	1
1.2 Direito processual constitucional: objeto de estudo .....	1
1.3 Jurisdição, processo, ação e defesa .....	3
1.4 Constituição e processo .....	8
1.5 Jurisdição constitucional.....	10
2. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: NOÇÕES GERAIS .....	13
2.1 Esclarecimentos iniciais .....	13
2.2 Controle de constitucionalidade: pressupostos e conceito .....	13
2.3 Objeto do controle de constitucionalidade .....	16
2.4 Análise de normas específicas sujeitas ao controle de constitucionalidade .....	18
2.5 Normas não sujeitas ao controle de constitucionalidade .....	20
2.6 Parâmetro de controle ou paradigma constitucional .....	23
2.7 As diversas espécies de inconstitucionalidade .....	25
2.8 Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal .....	25
2.9 Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão .....	28
2.10 Modalidades de controle quanto ao momento da realização e quanto ao órgão que o realiza .....	29
2.11 Modalidades de controle quanto à via utilizada: modelo americano e austríaco .....	30
2.12 Visão geral do controle de constitucionalidade no Brasil.....	32
2.13 Controle político .....	33
2.14 Controle judicial .....	36
3. CONTROLE DIFUSO NO BRASIL.....	41
3.1 Esclarecimentos iniciais .....	41

3.2	Controle difuso .....	41
3.3	Normais efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso...	42
3.4	O Senado e a possibilidade de ampliação dos efeitos da decisão no controle difuso.....	44
3.5	Cláusula de reserva de plenário .....	46
3.6	Procedimento fixado pelo Código de Processo Civil para os tribunais de segundo grau .....	49
3.7	A abstrativização dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso de constitucionalidade .....	50
3.8	O recurso extraordinário.....	53
3.9	Necessidade de demonstração da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal.....	55
3.10	Principais regras procedimentais do recurso extraordinário.....	57
3.11	A repercussão geral no caso de multiplicidade de recursos extraordinários, fundamentados em idêntica questão de direito.....	59
3.12	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e o rito da repercussão geral.....	61
3.13	As súmulas vinculantes.....	63
3.14	Controle difuso em ação civil pública.....	69
4.	O CONTROLE CONCENTRADO E AS AÇÕES REGULAMENTADAS PELA LEI 9.868/1999.....	71
4.1	Esclarecimentos iniciais .....	71
4.2	Controle concentrado .....	71
4.3	Efeitos da decisão no controle concentrado.....	73
4.4	Espécies de controle concentrado na Constituição de 1988.....	75
4.5	Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI ou ADIn) .....	76
4.6	Hipóteses específicas em que não cabe ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	77
4.7	Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica .....	80
4.8	Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	83
4.9	O efeito vinculante da ação direta de inconstitucionalidade e sua exclusão em relação ao Poder Legislativo.....	84
4.10	Princípio da “parcelaridade” .....	85

4.11	Inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “por atração” .....	86
4.12	Alteração do parâmetro de controle após a propositura da ação direta de inconstitucionalidade genérica .....	87
4.13	Coisa julgada e posterior decisão em sede de controle concentrado de constitucionalidade .....	89
4.14	O <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	90
4.15	Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade genérica .....	92
4.16	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC ou ADECON).....	94
4.17	Legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade .....	96
4.18	Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade .....	97
4.19	O <i>amicus curiae</i> na ação declaratória de constitucionalidade .....	98
4.20	Principais regras procedimentais sobre a ação declaratória de constitucionalidade .....	100
4.21	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	102
4.22	Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	103
4.23	O <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	104
4.24	Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	106
4.25	Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	107
5.	AS DEMAIS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE E ASSUNTOS COMPLEMENTARES .....	111
5.1	Esclarecimentos iniciais .....	111
5.2	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	111
5.3	Parâmetro de controle da arguição de descumprimento de preceito fundamental .....	113
5.4	Objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	116
5.5	Legitimados ativos para a arguição de descumprimento de preceito fundamental .....	118
5.6	A potencial inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação .....	120
5.7	Caráter subsidiário da ação de descumprimento de preceito fundamental .....	122

5.8	Principais regras procedimentais da arguição de descumprimento de preceito fundamental .....	125
5.9	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva .....	129
5.10	Único legitimado para a ação direta de inconstitucionalidade interventiva ....	132
5.11	Principais regras procedimentais da ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	133
5.12	Controle concentrado perante os Tribunais de Justiça .....	135
5.13	Possibilidade de recurso extraordinário em face de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça .....	138
5.14	Ação direta de inconstitucionalidade de norma do Distrito Federal em face de sua Lei Orgânica.....	140
5.15	Da interpretação conforme a Constituição .....	141
5.16	Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto .....	143
5.17	A evolução do controle de constitucionalidade brasileiro .....	144
6.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E OS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS...	149
6.1	Esclarecimentos iniciais .....	149
6.2	Direitos fundamentais: conceito e características .....	149
6.3	Evolução histórica dos direitos e garantias fundamentais .....	154
6.4	Gerações de direitos fundamentais .....	157
6.5	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais .....	160
6.6	Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais .....	163
6.7	Caráter relativo dos direitos e garantias fundamentais .....	165
6.8	Aplicação imediata e caráter não taxativo do rol de direitos e garantias fundamentais .....	167
6.9	Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais .....	169
7.	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PARA A TUTELA DE DIREITOS INDIVIDUAIS.....	173
7.1	Esclarecimentos iniciais .....	173
7.2	Elenco dos remédios constitucionais .....	174
7.3	<i>Habeas corpus</i> .....	176
7.4	Hipóteses de cabimento do <i>habeas corpus</i> .....	178
7.5	Hipóteses em que não cabe o <i>habeas corpus</i> .....	181
7.6	Modalidades de <i>habeas corpus</i> .....	183

7.7	Legitimação ativa e passiva do <i>habeas corpus</i> .....	183
7.8	Competência em matéria de <i>habeas corpus</i> .....	185
7.9	Principais regras procedimentais do <i>habeas corpus</i> .....	187
7.10	Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o <i>habeas corpus</i> .....	190
7.11	Mandado de segurança individual .....	190
7.12	Hipóteses de cabimento do mandado de segurança individual .....	191
7.13	Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança individual .....	193
7.14	Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança individual .....	195
7.15	Competência em sede de mandado de segurança individual .....	199
7.16	Da possibilidade de liminar em mandado de segurança individual .....	201
7.17	Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança .....	204
7.18	O insucesso do mandado de segurança individual e a possibilidade de posterior ação de conhecimento .....	206
7.19	Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança individual ..	207
7.20	Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança individual .....	211
7.21	Mandado de injunção individual .....	211
7.22	Hipóteses de cabimento do mandado de injunção individual .....	212
7.23	Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção individual .....	214
7.24	Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção individual .....	216
7.25	Competência em sede de injunção individual .....	217
7.26	Natureza e eficácia da decisão que concede a injunção individual .....	218
7.27	Renovação de pedido não concedido e revisão de injunção já concedida .....	222
7.28	A edição superveniente de norma regulamentadora e os efeitos em relação à injunção individual anteriormente concedida .....	224
7.29	A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção individual .....	225
7.30	Distinção entre mandado de injunção individual e ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	225
7.31	Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção individual ...	227
7.32	<i>Habeas data</i> .....	229
7.33	Hipóteses de cabimento do <i>habeas data</i> .....	230

7.34	Legitimação ativa e passiva do <i>habeas data</i> .....	233
7.35	Competência em sede de <i>habeas data</i> .....	234
7.36	Principais regras procedimentais do <i>habeas data</i> .....	235
8.	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PARA TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS.....	241
8.1	Esclarecimentos iniciais .....	241
8.2	Mandado de segurança coletivo .....	241
8.3	Hipóteses de cabimento do mandado de segurança coletivo .....	242
8.4	Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança coletivo .....	243
8.5	Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança coletivo .....	245
8.6	Legitimação ativa do mandado de segurança coletivo e o Ministério Público ....	249
8.7	Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo e quem pode se beneficiar de sua impetração .....	250
8.8	Competência em sede de mandado de segurança coletivo .....	251
8.9	Concessão de liminar em mandado de segurança coletivo .....	253
8.10	Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança coletiva .....	254
8.11	Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança coletivo.....	255
8.12	Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança coletivo .....	259
8.13	Mandado de injunção coletivo .....	260
8.14	Hipóteses de cabimento do mandado de injunção coletivo .....	260
8.15	Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção coletivo .....	261
8.16	Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção coletivo .....	263
8.17	As espécies de direitos protegidos pelo mandado de injunção coletivo e os destinatários de sua impetração .....	266
8.18	Competência em relação ao mandado de injunção coletivo .....	267
8.19	Renovação de pedido não concedido e revisão de injunção coletiva já concedida.....	268
8.20	A edição superveniente de norma regulamentadora e os efeitos em relação à injunção coletiva anteriormente concedida .....	269
8.21	A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção coletivo .....	270
8.22	Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção coletivo.....	271



8.23	Ação popular.....	273
8.24	Hipóteses de cabimento da ação popular.....	274
8.25	Legitimação ativa e passiva da ação popular.....	278
8.26	Competências em sede de ação popular.....	281
8.27	Concessão de liminar em ação popular.....	282
8.28	Principais regras procedimentais da ação popular.....	283
8.29	Súmula sobre a ação popular.....	285
8.30	Ação civil pública.....	286
8.31	Hipóteses de cabimento da ação civil pública.....	288
8.32	Hipóteses em que não cabe a propositura de ação civil pública.....	290
8.33	Legitimação ativa e passiva da ação civil pública.....	291
8.34	Competência em sede de ação civil pública.....	297
8.35	A possibilidade de concessão de liminar em ação civil pública.....	299
8.36	Da suspensão da liminar e da suspensão da sentença em ação civil pública...	301
8.37	Inquérito civil.....	302
8.38	Termo de ajustamento de conduta.....	305
8.39	Fundo de reparação de danos.....	307
8.40	Ação civil pública e coisa julgada segundo a natureza do interesse tutelado...	308
8.41	Demais regras procedimentais da ação civil pública.....	311
8.42	Súmula do Supremo Tribunal Federal sobre a ação civil pública.....	314
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	315
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	321